



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003763-55.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Outras Medidas Provisórias - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Alessandra Cristina de Oliveira**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Ordinária, com pedido de tutela antecipada, proposta por **Alessandra Cristina de Oliveira**, assistida pela Defensoria Pública, contra a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, sob o fundamento de que padece de Esclerose Múltipla Surto-Remissão, CID 10:G35, com grande quantidade de lesões, de média destrutividade, tendo havido falha terapêutica dos fármacos Avonex, Copaxone e Corticóide, razão pela qual lhe foi prescrito o medicamento Fingolimo de 0,5 mg ao dia, conforme relatório médico apresentado com a inicial.

Foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 19/20), determinando-se ao Ente Público requerido que adotasse as providências necessárias para aquisição e fornecimento, à autora, da medicação, sob pena de sequestro de verba pública suficiente para a sua aquisição.

Ante a informação da autora de que não recebeu o medicamento pleiteado (fls. 47/48), foi determinado o sequestro de verbas públicas suficiente para custear 01 caixa do medicamento (fls. 49). Desta decisão, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo interpôs Agravo de Instrumento (fls. 74), que está pendente de julgamento.

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação a fls. 56/62, sustentando que o medicamento Fingolimode 0,5 mg não é padronizado pelo SUS para distribuição aos pacientes acometidos pela doença de que sofre a requerente e que há outros medicamentos com ação terapêutica similar. Requereu a improcedência do pedido.

A autora comprovou a aquisição do medicamento (fls. 117), depositando nos autos o remanescente de R\$ 15,60 (fls. 119).

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 330, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.

O pedido comporta acolhimento.

O direito à saúde foi consagrado pela Constituição nos artigos 6º, 196 e seguintes, como dever a ser prestado aos cidadãos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios de forma solidária, através do Sistema Único de Saúde, visando à redução do risco de doença e o acesso às ações e serviços para sua promoção proteção e recuperação. Nesse mesmo sentido dispôs a Constituição do Estado de São Paulo em seu artigo 219 e parágrafo único, bem como o Código de Saúde do Estado de São Paulo, Lei Complementar Estadual n. 791/95, que trouxe o direito à saúde como inerente à pessoa humana, constituindo direito público subjetivo, a cuja violação não se admite transigência, por tratar-se de bem jurídico da mais alta relevância social.

No caso dos autos a autora é portadora de Esclerose Múltipla Surto-Remissão (CID 10 – G 35), cujo medicamento postulado é imprescindível ao seu tratamento, já que houve falha terapêutica dos fármacos Avonex, Copaxone e Corticóide, sendo contraindicado o uso de outra medicação de segunda linha como Natalizumabe, conforme revela o relatório médico de fls. 11.

A presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender aos necessitados, mas sim à necessidade de se resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e a dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito, para depois solapá-lo por meio de gestões de duvidosa eficiência, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir do Estado a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Além disso, a autora demonstrou, como já visto, que não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento (fls. 09), estando assistida pela Defensoria Pública. No caso, o fornecimento do medicamento é imprescindível, diante da circunstância relatada por ela.

Ademais, a necessidade do tratamento com o fármaco prescrito foi atestada pelo médico que assiste a autora (fls. 11) e não cabe ao Estado estabelecer qual medicamento apropriado para o tratamento necessário, mas sim ao profissional da saúde que acompanha a paciente.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada.

Condeno a Fazenda Pública do Estado de São Paulo a arcar com as custas, na forma da lei, não havendo condenação em honorários pelo fato de a autora estar assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação contra a Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

P. R. I. C.

São Carlos, 24 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**